

A EVOLUÇÃO DE CONCEITOS ENTRE ÀS DECLARAÇÕES DE SANTIAGO E DE CARACAS

Texto 1

Luís MENEZES

O confronto analítico que aqui se preconiza entre a Declaração de Santiago do Chile e a Declaração de Caracas, não pode alhear-se dos momentos conjunturais em que ambos foram produzidos, como da realidade sobre a qual se debruçam de forma particular, a América Latina.

Em primeiro lugar, o mundo contemporâneo da Declaração de Santiago, início dos anos setenta, é um tempo em que na maioria dos países da América Latina se travam violentos combates para a institucionalização da democracia, constituindo essa luta política uma condição prévia para a superação da sua profunda crise económica e social, enquanto a Declaração de Caracas se insere num contexto em que as esperanças depositadas como o estabelecimento dos regimes democráticos já em grande número daqueles países, não resultou numa alteração das condições económicas e sociais pré-existentes, antes pelo contrário, o ensaio de modelos político-económicos desenquadrados das realidades sócio-culturais a que se dirigiam, frustraram as expectativas e agudizaram essa crise, inerente a uma acelerada alteração de valores e à desintegração sócio-cultural das comunidades.

Em segundo lugar, o processo de transformações a que se assistiu no mundo no intervalo de tempo de vinte anos, que separa a Declaração de Santiago da Declaração de Caracas, saldouse por um maior contraste entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos, ou tomando o modelo de Wallerstein sobre o sistema da economia-mundo capitalista, entre os países do centro e da periferia, quando os progressos científicos e tecnológicos e a superação das fronteiras político-ideológicas auguravam uma época de maior justiça, igualdade e solidariedade universal, cujo conceito de "globalização" procurava corporizar essa ironia do destino.

Os antagonismos expressos nesta viragem do século, não se colocam com tanta acuidade em 1972: o fortalecimento dos blocos económicos que cavam cada vez um maior fosso entre os ricos e pobres; o progresso da ciência e técnica que arrasta consigo desequilíbrios do ecossistema e complexos problemas relativos à sobrevivência da humanidade; os fenómenos de massificação e uniformização cultural produzidos por esta nova era da comunicação, que geram actos de aviltamento da identidade dos povos e das comunidades.

Reconhecendo ambas as declarações, que o avanço da ciência e da técnica permitiu à civilização material grandes progressos, mas sem equivalência no domínio cultural, a reflexão feita na Declaração de Caracas sobre a conjuntura actual da sociedade latino-americana já nos dá conta de uma cultura da violência que se instalou com a crise económica, contra o homem e a natureza, fruto da urbanização descontrolada, das migrações campesinas em direcção às áreas

urbanas, o desmedido afã do lucro, a corrupção generalizada, o tráfico de drogas, a lavagem de dinheiro, etc..

No fundo, de uma para outra declaração assiste-se ao aprofundar da crise nos países latino-americanos, o nos países da periferia dos sistemas, cuja degradação acelerada das condições de vida daqueles povos levanta hoje uma questão de natureza política complexa, a que põem já em causa a consciência da necessidade de liberdade, i.e., o próprio fundamento do regime democrático.

Em síntese, quer a Declaração de Santiago quer a Declaração de Caracas, têm a grande coragem e o lúcido mérito de denunciarem a situação de desigualdade e de injustiça que se vive no mundo, e concretamente nos países da América Latina, ... *os desequilíbrios entre os países com um elevado desenvolvimento material e os restantes à margem desta expansão e que, mesmo, os têm servido no decurso da sua história* (Declaração de Santiago do Chile, v. 2.1 - Considering).

Assim, ambos os documentos encetam uma reflexão sistemática sobre a missão das organizações museológicas na América Latina a partir de um diagnóstico sobre a realidade amarga do mundo contemporâneo, e embora os momentos conjunturais da sua produção sejam diferentes, persistem idênticos problemas estruturais, o que explica que na Declaração de Caracas se reconheçam como actuais os postulados essenciais firmados na Declaração de Santiago.

Porém, os acontecimentos políticos, sociais e económicos que se sucederam posteriormente ao ano de 1972 na América Latina, as transformações do mundo desde então e as novas problemáticas que se levantaram, obrigaram a uma nova reflexão sobre a função do museu e a forma de acção por que se deve pautar para cumprir a sua missão como instrumento de desenvolvimento integral da comunidade - (...) *Vinte anos depois ... deves actualizar conceitos e renovar os compromissos adquiridos como aquela oportunidade.* (Declaração de Caracas, v. Antecedentes) - o que procuraremos inferir do confronto entre aqueles dois documentos, pilares essenciais da Nova Museologia.

EVOLUÇÃO CONCEPTUAL

Em ambos os documentos se reconhece o museu como uma instituição ao serviço da comunidade. Instituição que tem como missão crucial participar na formação da consciência da comunidade que serve, de forma a que esta apreenda através de um quadro histórico os problemas do seu presente, do homem que enquanto indivíduo e, enquanto ser social.

Ambos transferem para o museu um papel de protagonismo social, enquanto atento ao sistema ambiente que o circunda, como o dever de desempenhar um papel de liderança na formação de uma consciência pública sobre a defesa do património cultural e natural dos povos

latino-americanos, ou constituir-se como um instrumento eficaz de desenvolvimento integral da comunidade onde se insere.

Neste ponto, é importante realçar que o museu devendo jogar um papel fundamental como meio de descoberta de soluções para os problemas presentes da comunidade, se deve colocar como um espaço catalizador da comunidade para a acção, não dirigista e interclassista, i.e., um espaço aberto que envolve a participação de todos os sectores da sociedade.

Em ambos os documentos em análise, se reivindica para o museu um papel de vanguarda de transformação social, por via do processo interactivo que desenvolve com a participação da comunidade na tomada de consciência dos seus problemas e da forma de os solucionar.

O museu projecta-se não só como um instrumento de desenvolvimento e fortalecimento da identidade do indivíduo e da comunidade, mas também como espaço dinâmico que propicia e estimula a consciência crítica.

É nossa convicção, que entre uma e outra declaração não existe uma evolução do conceito de museu e da sua missão como agente de transformação sócio-cultural, nem da noção de património, existe, isso sim, é uma evolução conceptual relativamente à forma e aos meios que o museu deve pôr ao seu serviço para cumprir a sua missão, enquanto organização cultural que deve trabalhar em interacção com a comunidade, que problematiza o seu quotidiano e se insere como pólo dinamizador do seu desenvolvimento.

Isto não significa, que os participantes da mesa redonda de Santiago do Chile não tenham reflectido sobre esta questão. No capítulo das suas resoluções, aponta-se mesmo para a necessidade de actualizar as técnicas museológicas tradicionais, como processo de melhorar a comunicação entre objecto e o visitante¹, considerando que a onerosidade dos meios não deveria conduzir o museu a um gasto incompatível com a situação dos países latino-americanos, como também, sobre a necessidade dos museus se abrirem a especialistas de diferentes áreas disciplinares, como uma necessidade inerente aos problemas novos e complexos das sociedades contemporâneas, de modo a se obter uma visão global dessa realidade multifacetada, compreende os aspectos técnicos, sociais, económicos e políticos, e como processo que permitindo novas abordagens ou diferentes leituras, levantasse novas problemáticas e fosse gerador de novas dinâmicas.

Todavia, a Declaração de Caracas abordando esta questão, projecta-a agora para um outro campo de análise, no âmbito de uma nova contextualização do museu, onde se apreende a necessidade de explorar de forma sistemática as vias e os meios de que dispõe o sistema da economia de mercado e a nova era da comunicação.

Infere-se, de que a reivindicação para o museu de um papel de protagonismo social, como factor e meio de transformação, passa pelo domínio dos modernos sistemas de gestão das organizações, ou melhor, pela definição de uma estratégia de apropriação dos modernos instrumentos de gestão de que dispõem as empresas no mercado concorrencial.

Perante as novas circunstâncias da sociedade latino-americana da década de 90, deve o museu apetrechar-se dos conhecimentos de outras ciências para alcançar com maior eficácia e eficiência os objectivos da sua missão, e este processo passa pela inovação e consolidação de modernas estratégias de gestão.

Aponta-se assim na Declaração de Caracas, para utilização pelo museu de estratégias fortes de mercado, sem contudo desvirtuar os seus princípios éticos e alterar a sua missão. A eficácia na materialização dos seus objectivos, concebe-se então como inerente à sua capacidade de optimização dos seus recursos humanos, financeiros e técnicos, através da elaboração de um planeamento de acções a curto, médio e longo prazo, segundo um diagnóstico prévio do seu sistema ambiente que determina qual o seu espaço social de actuação, e como forma de conseguir a autonomia de gestão e desempenhar um papel de liderança efectiva no processo de recuperação e sociabilização dos valores da comunidade.

Em síntese, podemos dizer, que se a Declaração de Santiago corporiza a ruptura epistemológica no âmbito da ciência museológica, ao inverter o seu objecto tradicional prioritário, a colecção, secundarizando-o em relação à comunidade, o campo por excelência operativo da Nova Museologia - quando não é o objecto que justifica por princípio a existência de uma organização cultural como o museu - a Declaração de Caracas toma esta ruptura e leva-a mais longe, direccionando a sua reflexão essencialmente para os meios e processos de que a organização museológica deve dispôr para uma gestão mais eficiente e eficaz.

Enquanto na Declaração de Santiago, a concepção do museu como instrumento e agente de transformação social, era naturalmente inerente a um posicionamento político-ideológico de oposição a um sistema económico capitalista e a regimes ditatoriais na maioria dos países da América Latina, cuja possibilidade de utilização dos meios ou processos de gestão das organizações com fins lucrativos, típicas do sistema, não se colocava, por se entender como um processo contraditório ou corruptível dos princípios morais ou éticos de uma organização cultural com aquela missão, já na Declaração de Caracas, esta possibilidade não só é assumida claramente como é exigida, percebendo-se de que a melhor forma de o museu desenvolver a sua missão e assumir um papel de liderança social no seio de um mercado fortemente concorrencial, é munir-se das mesmas 'armas' estratégias que os outros parceiros sociais, sem que isso implique a alteração dos seus princípios e objectivos.

Esta a evolução conceptual fundamental que entendemos reproduzir a Declaração de Caracas, explicada, em parte, por uma reflexão política e ideológica que se generalizou a partir da década de 80, forçada pela degradação e ruptura de sistemas e regimes paradigmáticos da era contemporânea, como o sistema socialista e capitalista, enquanto modelos de desenvolvimento económico-social, ou os regimes de democracia liberal ou popular, enquanto estruturas político-institucionais de legitimação do Poder, ainda que modelos com nuances conforme os seus espaços geográficos e sócio-culturais de implantação.

NOTAS

1. Expressão a nosso ver pouco feliz, uma vez que o termo "visitante" nos parece desadequado relativamente à concepção museológica expressa.